

Entrevista IHU Instituto Humanitas Unisinos

10 perguntas sobre a Encíclica "Louvado sejas" do papa Francisco

Paulo Suess

1. Qual a novidade da Encíclica *Laudato Si'* acerca das questões ambientais? Quais são os conceitos principais?

A Encíclica *Laudato Si'* (LS) caiu como uma fruta madura no jardim da Igreja Católica e no mundo. Recebeu raios de sol, ventos, águas e tempestades que contribuíram para esse amadurecimento. Sabe-se que colaboradores discretos e indiscretos contribuíram para um compêndio socioecológico que, afinal, tem o pulso do Papa Francisco que o assinou no dia 24 de maio de 2015, na festa de Pentecostes. Grandes inovações científicas e filosóficas, muitas vezes, surgem numa certa sincronicidade em vários lugares do planeta, sem ligação causal ou dependência explícita. Assim existiu uma simultaneidade inexplicável entre descobertas de Copérnico e Galilei. A Encíclica respira o frescor pentecostal e a jovialidade franciscana, sem excessiva preocupação com conceitos, já que o papa não quer propor umas "palavras definitivas" (conceitos), mas animar um "debate honesto" (LS 61) e aberto entre os interessados.

Fontes

Para fundamentar as questões abordadas, Francisco recorre à *Gaudium et spes*, a contribuições de seus antecessores, a documentos das Igrejas locais, sejam católicas ou ecumênicas, e ao consenso científico sobre a situação climática hoje.

No Brasil, desde os anos 70 do século passado, a questão social foi articulada com a questão ecológica, como já mostravam tema e lema da Campanha da Fraternidade (CF) de 1979: "Por um mundo mais humano" (ecologia humana!) e: "Preserve o que é de todos" (bem comum!). Em 1992, com a iminente realização da Conferência das Nações Unidas sobre "Meio Ambiente e Desenvolvimento", o Setor Pastoral Social da CNBB realizou um Seminário sobre "A Igreja e a Questão Ecológica" (cf. LS 88), que tratou os custos sociais e ambientais do desenvolvimento. A CF de 2004 focou a questão da água ("Água, fonte de vida"), que repercutiu na CF 2011 (cf. n. 71-76) e na *Laudato Si'* (cf. LS 27 a 31). Na CF de 2011, a Igreja do Brasil convidou outra vez para a "conversão ecológica" abordando

o tema do aquecimento global e das mudanças climáticas: "Fraternidade e a Vida no Planeta". O lema deu voz à palavra do apóstolo Paulo: "A criação geme em dores de parto" (Rm 8,22). Muitas outras CF anteciparam preocupações de uma "ecologia integral" tratadas na LS: trabalho (CF 1978, 1991, 1999), migração (CF 1980), terra (CF 1986), moradia (CF 1993). Cursos, Semanas de Estudo, Planos Pastorais assumiram e divulgaram o pensamento sócio ecológico nas respectivas bases, embora devamos admitir que o conjunto do povo de Deus e da humanidade ainda não mordeu a questão.

As reflexões teológicas, que precederam a LS, apresentam em seu conjunto um dossiê bíblico completo geralmente assumido pela Encíclica. Uma ou outra vez, por exemplo na questão da evolução (cf. LS 81), ela parece ter dificuldade na conciliação entre exegese bíblica e ciência, o que não impede, como na parábola do Bom Samaritano que com duvidosas opções teológicas, pelos quais os samaritanos foram excluídos do Templo de Jerusalém, assumiu práticas corretas (Lc 10,30ss).

Linhas mestras

A Encíclica LS não precisava inventar a roda da reflexão ecológica. Ela se beneficia de preocupações prévias e conceitos socioecológicos já consolidados e os assume como linhas mestras:

1. Existe um nexos essencial entre questões ecológicas e questões sociais (cf. LS 43). "O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto" (LS 48) e exigem uma "ecologia integral" (LS 137ss).
2. A noção do desenvolvimento subordinado ao lucro produziu a "cultura do descarte" (LS 16, 22, 43) e a deterioração da qualidade de vida.
3. Somente uma "ecologia humana" (LS 5, 148, 152, 155s), que antes de tudo deve ser uma "ecologia integral" (LS, cap. IV), pode frear a degradação socioambiental e climática. Ela exige "conversão ecológica" (LS 5, 216-221) e responsabilidade.
4. A "ecologia humana" é o cuidado da "casa comum" do planeta terra e é expressão vivencial e responsável do "bem comum" (LS 23ss, 156ss).

Novidades?

A falta de novidade teológica e científica da Encíclica nos faz perguntar: "Por que essa curiosidade do mundo jornalístico antes da publicação da *Laudato Si'*"? "O que explica o sensacionalismo que precedeu

à publicação da LS, como se o Vaticano tratasse do lançamento do mais novo produto de Tim Cook e de sua *Apple-Community*, de uma nova versão do *iPad*, do lançamento antecipado do *Apple Watch* ou de uma nova versão do Android da Google”? Os setores eclesiais interessados não se perguntaram sobre eventuais novidades teológicas, mas sobre implicações pastorais daquilo que já se sabe: “Como a LS vai articular a poesia franciscana com a realidade ecológica e a prática pastoral”? “O papa vai propor um capitalismo verde ou vai avançar com a crítica sistêmica? Francisco vai poder comunicar questões tão complexas numa linguagem acessível que rompe com o hermetismo científico e a erudição teológica”?

A “novidade” da LS pode ser atribuída ao ministério universal do papa, à assunção de conteúdos e horizontes da teologia latino-americana pelo magistério universal da Igreja e ao carisma pessoal de Francisco que, em sua biografia, nem acadêmica nem institucionalmente, foi obrigado através de um estágio prolongado a adaptar-se ao pensamento curial:

- A LS assume e devolve muitas perguntas. Das respostas, hoje possíveis, procura construir imperativos pastorais e categóricos em benefício de toda a humanidade: “Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas” (LS 53).
- A reflexão ecológica aprofunda as questões sociais e a opção pelos pobres: “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental” (LS 139).
- Sem pestanejar, o papa faz uso da metodologia indutiva do ver-julgar-agir, que Roma, depois de *Medellín* (1968), tachou teologicamente incorreta impondo novamente teologias dedutivas.
- Denuncia uma concepção idolátrica e mágica do mercado (cf. LS 190, 56) e a economia que exclui os mais pobres (cf. LS 95).
- Francisco assume amplamente a reflexão das Igrejas locais que articulam os verdadeiros problemas do povo de Deus, e respalda os resultados da comunidade científica sobre as questões climáticas e ambientais.

A atenção política do peregrino, a autenticidade espiritual do místico, a crítica do sistema milenar, que representa, e a sensibilidade humana do militante, contribuíram para um interesse mundial antes nunca observado na publicação de uma Encíclica. O mundo queria ouvir a voz de um ser humano confiável. Como a estrela de Belém não errou quando parou sobre

o casebre de gente pobre, também Francisco não errou em sua recente viagem visitando os países mais pobres da América Latina: Equador, Bolívia e Paraguai. Mostrou que é possível falar sem diplomacia do óbvio, da necessidade de mudanças, da necessidade e do direito fundamental de ter acesso a um teto, ao trabalho e à terra. Eis a novidade: O Papa Francisco representa hoje sujeitos e destinatários de uma comoção inquieta e de uma grande esperança. Como um Condor desce dos Andes, cumprindo a promessa de Caetano Veloso (cantada por Milton Nascimento) que fala de “Um Índio” que virá:

“E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio”.

[<https://youtu.be/-TD1t2zWWAU>]

2. Qual a importância de uma instituição como a Igreja Católica se manifestar sobre as questões ambientais? Quais as relações entre ecologia e religiosidade?

O próprio Francisco se faz essa pergunta: “Por que motivo incluir neste documento dirigido a todas as pessoas de boa vontade, um capítulo referido às convicções de fé” (LS 62)? E ele responde que no caso da ameaça de toda a humanidade, ciência e religião, ambas com finalidade humanística, têm o dever de colaborar na mudança desta realidade.

A partir da reflexão teológica da fé cristã compreende-se a argumentação fundamental da LS: “Não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (LS 49).

Nessa situação, a Igreja não só pode produzir documentos na altura do *status quaestionis*, mas precisa assumir seu papel de uma instância mediadora e mobilizadora de suas bases. Quem não ama e defende sua “irmã maior”, a natureza, nem a sua “mãe”, a terra, regride ao estado animal da evolução que faz prevalecer a lei do mais forte.

A Igreja do papa Francisco tem muitos registros e razões para o engajamento nessa causa:

- seus imperativos doutrinários radicados na fé,
- sua capacidade de costurar alianças com todos os setores, abrindo mão de interesses corporativistas, em benefício do "bem viver" e da sobrevivência de toda a humanidade,
- e, pela autenticidade e facilidade de comunicação, observa-se um convencimento crescente sobre as massas populares, num momento, em que adesão institucional à Igreja católica perde expressividade.

3. Que leitura da criação *Laudato Si'* propõe?

A convicção da fé, nessas questões, parte do "Evangelho da Criação". Tudo que existe fora de Deus foi criado por Ele, inclusive o tempo e o espaço. Segundo esse Evangelho, o Deus uno e trino é origem e fim da criação e da história de salvação. Criação e redenção, como obras da Trindade, são obras do amor (cf. LS 238-240, cf. GS 19a). A finalidade da criação é o ser humano e a revelação da glória de Deus. Através do trabalho e da criatividade cultural, a humanidade continua a obra da criação com certa liberdade que exige responsabilidade. Jesus Cristo corrige a lei "natural" da sobrevivência do mais forte, que era necessária até o aparecimento do ser humano. Consciência, liberdade e língua, que constituem a dignidade particular da humanidade, são capazes de superar a programação dos instintos. Através do Antigo Testamento, Deus preparou Israel para romper com a lei do mais forte através da missão de seu Enviado, Jesus Cristo. Este defendeu o conjunto da humanidade a partir dos pequenos, dos mais fracos, dos pobres e das minorias étnicas ameaçadas (cf. Lc 4,18; 6,20; 19,10; Mt 12,20; 25,40). A partir da nossa fé compreendemos a substituição da lei do mais forte pela boa convivência de todos - com Deus, a humanidade e a natureza - como "Nova Criação" (2Cor 5,17; Gal 6,15).

Teologia da Criação

A Teologia da Criação não responde a questões científicas do desenvolvimento do mundo, dos seres humanos e da evolução. Mas também as ciências humanas não invalidaram as narrativas teológicas. Ensina a teologia compreender cada vez mais o fundo metafórico dessas narrativas. Com Darwin (1809-1882), por exemplo, a teologia aprendeu a

incluir com mais realismo a humanidade na evolução da criação e da natureza. De um modo especial, a humanidade faz parte da evolução da natureza, que é sua irmã maior (em idade): "A terra existe antes de nós e foi-nos dada" (LS 67): "Estamos incluídos nela (na natureza), somos parte dela e compenetramo-nos" (LS 139). O "modo especial" da nossa pertença à natureza pode ser descrito com a graça salvífica da liberdade e a missão ética da responsabilidade. Por fazer parte da natureza temos uma solidariedade recíproca com tudo que foi criado (cf. LS 92). Partilhamos com a natureza nascimento e finitude (morte). Temos um DNA, que nos condiciona, independente de nós, como pessoa. A herança genética está inscrita em nossa vida, mas temos também dispositivos que nos fazem ir além da obrigatoriedade dos instintos e das programações genéticas. Em nossas culturas aprendemos respeitar limites e horizonte que nos permitem construir uma convivência pacífica que é sempre uma construção histórica, social e ecológica.

4. Que desafio missiológico a Encíclica enseja e em que medida dialoga com o processo de reforma missionária mobilizada ainda na exortação *Evangelii gaudium*?

Na *Evangelii gaudium*, o papa Francisco falava *ad intra*, como pastor que se dirige "aos membros da Igreja, a fim de mobilizá-los para um processo de reforma missionária" (LS 3). Na *Laudato Si'*, Francisco, o irmão do mundo, dialoga *ad extra* "com todos acerca da nossa casa comum" (LS 3). Ambos os textos tratam do resgate da vida humana ameaçada, que "é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação" (LS 5). Não é suficiente dirigir-se à própria casa e cada comunidade cuidar, somente, de seu teto. Agora, na *Laudato Si'*, o "pastor" se confraterniza com o "irmão" para defender num mutirão universal, o teto e a terra de todos.

Em ambos os documentos, o papa Francisco faz um grande esforço para mostrar a continuidade de seu pensamento com o de seus antecessores e com práticas pastorais das diferentes Igrejas locais e o Catecismo Universal, como se ele quisesse dizer: "Não sou eu que inventei essa roda. Coloco apenas um pouco de óleo na engrenagem enferrujada. Minha palavra-chave não é 'invenção', mas 'assunção'". Francisco

procura legitimizar suas palavras, por vezes, convencionais, outras vezes, inusitadas pelas diferentes fontes do magistério: o Evangelho, as preocupações do povo de Deus, os documentos do Vaticano II, os pronunciamentos das Igrejas locais e os sinais do tempo. A partir do lugar dos pobres, começa a destravar bloqueios internos da Igreja por certo distanciamento do “essencial” e pelo desencontro com as pessoas concretas.

Já na *Evangelii gaudium*, Francisco formulou um imperativo categórico para o trabalho missionário e a reflexão missiológica: “Quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções nem exclusões, o anúncio concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário” (EG 35).

Vaticano II

Na esteira do Vaticano II (1962-65), setores eclesiais se converteram de caçadores de almas em jardineiros do Evangelho, se organizaram em defesa dos povos indígenas, de seus territórios, de sua autodeterminação e construíram uma nova prática missionária e uma nova reflexão teológica. Com a ajuda dos povos indígenas, esses setores procuravam reler a história da Conquista, ouvir os gritos dos povos indígenas e interpretar as reorientações conciliares que, resumidamente, são as seguintes:

- A salvação não é privilégio de poucos, mas graça para todos (cf. 1Tim 2,4; LG 16).
- “Os que ainda não receberam o Evangelho se ordenam por diversos modos ao Povo de Deus” (LG 16; cf. AG 7a).
- “O plano da salvação abrange também aqueles que reconhecem o Criador” (LG 16), muitas vezes, em religiões não cristãs que “refletem lampejos daquela Verdade que ilumina todos os homens” (NA 2b; cf. LG 16).
- A esperança da ressurreição “vale não somente para os cristãos, mas também para todos os homens de boa vontade em cujos corações a graça opera de modo invisível. [...] Devemos admitir que o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de se associarem, de modo conhecido por Deus, a este mistério pascal” (GS 22e).
- A liberdade religiosa é um direito da pessoa humana e um pressuposto da missão (cf. DH 2a).

Os documentos da época conciliar ainda não conhecem o conceito "inculturação", mas usam termos semanticamente próximos como "aggiornamento", "adaptação" (cf. SC 37; GS 514), "autonomia da realidade terrestre" (GS 36; 56), "sinais do tempo" (GS 4; 11) e "diálogo" (CD 13; UR 4), "encarnação" e "solidariedade" (GS 32). "Aggiornamento", na macroestrutura, e "inculturação", na microestrutura, traduzem o conceito "assunção" para hoje (cf. AG 3b).

Igreja em saída

Com o *shiboleth* "Igreja em saída", o papa Francisco traduziu o conceito "natureza missionária" ou "Igreja essencialmente missionária", para os dias de hoje. Trata-se de uma Igreja que sai da própria comodidade e parte para as periferias (cf. EG 20; 30). "A Igreja «em saída» é uma Igreja com as portas abertas" (EG 46) e despojada. A missão é o antídoto contra a mundanidade espiritual que cultiva "o cuidado da aparência" e se coloca a si mesma no centro e, ao mesmo tempo, num círculo de giz da autorreferencialidade (cf. EG 8, 94, 95). A "resposta à doação absolutamente gratuita de Deus" (EG 179) é a saída de si como "absoluta prioridade" da vida cristã: "A vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros" (EG 10).

Responsabilidade, encontro, diálogo

No horizonte da missão que emerge da LS, as palavras-chave são "responsabilidade", "encontro" e "diálogo". A responsabilidade exige de todos um novo estilo de vida. Mas, como a catástrofe socioambiental não atinge apenas os indivíduos, mas países inteiros, somos obrigados "a pensar numa ética das relações internacionais" (LS 51). A verdadeira sabedoria é "fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas" (LS 74).

Por ocasião da Festa de S. Caetano, dia 7 de agosto de 2013, o papa enviou uma videomensagem para os fiéis de uma paróquia de Buenos Aires e comentou o lema da Festa: "Com Jesus e São Caetano, saíamos ao encontro dos mais necessitados". Esse comentário do lema orienta o pensamento missiológico de Francisco: O lema Festa fala do encontro com as pessoas que têm mais necessidade, daqueles que têm necessidade de estendermos a mão a eles, que os olhemos com amor, que partilhemos a sua dor e as suas ansiedades, os seus problemas. Porém, a coisa

importante não é olhá-los de longe ou ajudá-los de longe. Não, não! É ir ao encontro deles. [...] Devemos edificar, criar, construir uma cultura do encontro. [...] Peço a vocês somente uma coisa: que se encontrem! Que vão e procurem e encontrem os mais necessitados! Porém não sozinhos, não. Com Jesus e com São Caetano! Vai convencer o outro a ser católico? Não, não, não! Vai encontrá-lo, é teu irmão! E isto basta. E você vai e o ajuda, o resto faz Jesus, faz o Espírito Santo”.

O essencial

Eis os esteios missiológicos de Bergoglio que o fazem ler o Vaticano II, 50 anos mais tarde, com inspirações próprias: sair para encontrar, aproximar, acompanhar, dialogar, afastar expectativas proselitistas, devolver a Deus “o resto” da responsabilidade pelas conversões individuais e assumir a responsabilidade pelo planeta Terra até seus confins, já que a missão de tudo que foi criado, é “uma contínua revelação do divino” (LS 85; cf. 221). Finalmente, concentrar-se em tudo no essencial. O que é o essencial? A Santíssima Trindade (criação por amor), a esperança da Páscoa e o Caminho entre ambas, que é Jesus e todos que o acompanham na fé.

5. No que consiste a ideia de conversão ecológica?

O papa Francisco coloca a “conversão ecológica” no contexto de “espiritualidade” e “educação”, capazes de renovar a humanidade através de “uma paixão pelo cuidado do mundo” (LS 216). Essa paixão precisa ser socializada pela educação e despertada pela espiritualidade. Mas a conversão ecológica exige também abandonar enfoques parciais ou setoriais da questão ambiental e assumir um enfoque integral, já que hoje todas as crises sistêmicas estão interligadas (cf. LS 137ss).

Pecados contra a criação

Conversão pressupõe comportamento errado, dívida e pecado: “Propor uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa [...] exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrependê-lo de coração, mudar a partir de dentro” (LS 218) e de fora porque “a desigualdade não afeta apenas indivíduos, mas países inteiros [...]. Com efeito, há uma verdadeira ‘dívida ecológica’, particularmente entre o Norte e o Sul” (LS 51). A força destrutiva, o

"*tanatos*" - a morte - diria Freud, manifesta-se hoje "no abandono dos mais frágeis, nos ataques contra a natureza" (LS 66).

Segundo as narrativas bíblicas, o pecado é a ruptura entre as três relações fundamentais que envolvem a criação: "as relações com Deus, com o próximo e com a terra" (LS 66). Para explicitar esse aspecto, o papa cita o Patriarca Ecumênico Bartolomeu, da Igreja Ortodoxa de Constantinopla: "Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus, quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas úmidas, quando os seres humanos contaminam as águas, o solo o ar... tudo isso é pecado" (LS 8).

Dimensões da conversão

O pecado delinea a amplitude da "conversão ecológica" exigida e a nossa fé descreve conteúdo e sentido dessa conversão (cf. LS 221):

- A dimensão macro ecumênica: "Cada criatura reflete algo de Deus e tem uma mensagem para nos transmitir" (LS 221).
- A dimensão cristológica: "Cristo assumiu em Si mesmo este mundo material e agora, ressuscitado, habita no íntimo de cada ser, envolvendo-o com o seu carinho e penetrando-o com a sua luz" (LS 221).
- A perspectiva do direito natural (*jus naturalista*): Deus inscreveu no mundo "uma ordem e um dinamismo que o ser humano não tem o direito de ignorar" (LS 221).

A espiritualidade desenha o horizonte da conversão e a educação indica seus passos concretos. Francisco convida "todos os cristãos a explicitar essa dimensão de sua conversão, permitindo que a força e a luz da graça recebida se estendam também à relação com as outras criaturas e com o mundo que os rodeia" (LS 221), construindo a fraternidade cósmica que resplandeceu na vida de São Francisco de Assis que "entrava em comunicação com toda a criação" (LS 11).

Os passos educativos dessa conversão apontam para a passagem "do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade da partilha numa ascese que significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar" (LS 9), a unir-nos intimamente a tudo o que existe. A conversão ecológica "não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios" (LS 190).

Conversão como freio de emergência

Hoje, a conversão deve ser o freio de emergência contra a maximização dos lucros e a aceleração do crescimento: “Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana” (LS 190). “A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio” (LS 11).

Uma segunda modernidade

A modernidade ensinou, com Descartes, que tudo que foi criado, é sujeito (*res cogitans*) ou objeto (*res extensa*). Hoje precisamos com uma segunda modernidade reaprender a subjetividade da natureza e reclassificar a suposta objetividade da “lei natural”. O questionamento da rigidez do divisor das águas entre ciências humanas e ciências exatas faz parte da “conversão ecológica” e, nesse processo, a Igreja faz bem de não se manifestar antes das ciências com afirmações dogmáticas, a não ser pelo preço de pedidos de perdão atrasados.

6. O senhor escreveu em seu blog que Laudato Si’ “respalda a prática pastoral indigenista”. Gostaria que o senhor explicasse no que consiste essa prática e como ela se legitima na Encíclica?

No contexto da assunção e confirmação de um longo processo de “proximidade”, “encontro” e “conscientização” podemos compreender algumas colocações da LS sobre os povos indígenas, que nos dizem: “É indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços” (LS 146), que são territórios sagrados com um valor afetivo. “Um amor apaixonado pela própria terra” (LS 179), enraizado nas populações aborígenes, exige um desligamento da terra do valor de mercado, exige organização, pressão política e luta: “Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população. A sociedade, através de organismos não-governamentais e associações

intermédias, deve forçar os governos a desenvolver normativas, procedimentos e controles mais rigorosos. Se os cidadãos não controlam o poder político – nacional, regional e municipal –, também não é possível combater os danos ambientais” (LS 179).

A causa indígena não pediu carona à questão ecológica. Pelo contrário, os povos indígenas foram os primeiros que despertaram, a partir de suas culturas, religiões, mitos e do sofrimento que lhes foi imposto desde a conquista, para a interdependência entre natureza e cultura.

A pastoral indigenista pós-conciliar organizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), comprometeu-se desde sua Primeira Assembleia Geral (1975) e ainda numa certa solidão eclesial, a "apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra". Já a Assembleia de 1977 tratou a defesa da terra sob o prisma da autodeterminação, quando prometeu "apoiar, com todos os meios ao nosso alcance, os povos indígenas que estão lutando pela demarcação, recuperação e garantia de suas terras. Defender também o direito que têm os índios de serem ouvidos nas demarcações, fazendo valer os seus critérios no traçado de limites". Os participantes desta Segunda Assembleia Geral do Cimi consideravam seu dever "mobilizar a opinião pública no sentido de cobrar o prazo de cinco anos dado pelo Estatuto do Índio (art. 65), em 1973, para a demarcação de todas as terras indígenas". Na V Assembleia Nacional do Cimi, em setembro de 1983, os próprios índios presentes exigem: "O que nós queremos com mais urgência é a demarcação das terras". E os missionários responderam ao apelo dos índios no seu Comunicado Final: "Denunciamos a subordinação ilegal das terras indígenas à tutela da Segurança Nacional" e reafirmamos como objetivo prioritário da causa indígena a demarcação e garantia de todos os territórios indígenas".

Em sua Quarta Assembleia Nacional, de 1985, realizada no contexto da constituição de uma "Nova República", o Cimi se comprometeu mais uma vez a "apoiar decididamente, em aliança com outros setores da sociedade nacional, a luta indígena pela garantia e/ou recuperação de seus territórios, bem como do usufruto exclusivo das riquezas, tanto do solo como do subsolo". Neste rosário de invocações não atendidas, até hoje, pouco se mudou.

Pedido de perdão

Em sua fala aos movimentos sociais, no Equador, dia 9 de julho, o papa tinha toda razão de pedir perdão aos povos indígenas pelos pecados cometidos pela Igreja durante a conquista das Américas. Esta considerou os índios não como sujeitos de culturas, mas como objetos da natureza e por isso os chamou de "*los naturales*". O dominicano Bartolomé de las Casas, em sua "Brevíssima Relação da Destruição das Índias Ocidentais", documentou as crueldades genocidas dessa conquista. Sua luta contra a exploração da força de trabalho dos índios, foi uma luta solitária.

Inverdades hermenêuticas

Ainda por ocasião das comemorações dos 500 anos de conquista e evangelização das Américas ficou patente que a rejeição aos povos indígenas e as inverdades hermenêuticas continuam até hoje. A destruição de suas culturas se tornou "encontro entre as culturas", a ocupação territorial foi descrita como "pacificação", a conquista se tornou "descobrimiento" e a guerra de extermínio foi apresentada como "vicissitudes da história" (cf. *Puebla*, n. 6), sem sujeito responsável. Onde o pó da amnésia não bastava para alisar as rugas causadas pela convivência com o conquistador, a Igreja desculpou-se, muitas vezes, com o "espírito da época".

Encomenda e servidão

Os povos indígenas pagaram caro pela conquista militar e espiritual. As inúmeras catedrais, os palácios e toda riqueza da América colonial não representam contribuições espontâneas dos conquistados. Foram construídos por índios "encomendados" aos cuidados do conquistador, do colono e do religioso. A encomenda, caracterizada por Las Casas como "tirânica peste", tornou-se servidão perpétua. E os eclesiásticos, na sua maioria, não só toleravam essa servidão do índio e a escravidão do negro; se beneficiavam delas.

Las Casas redivivo

Ao recuperar memória e voz dos injustiçados de ontem e dos excluídos de hoje, pelo seu pedido de perdão, o papa Francisco surgiu como um Las Casas redivivo por Equador, Bolívia e Paraguai. Através de sua atenção aos movimentos sociais e pela LS, Francisco fez do esquecido, do

desnecessário, do pobre e do outro uma chave de interpretação da realidade. Transformou a pedra rejeitada em pedra angular.

Do destinatário ao interlocutor

Nesta perspectiva, a "Mensagem Final" do "Encontro de Bispos responsáveis da Pastoral Indígena das Conferências Episcopais de América Latina e do Caribe" (2013), que se reuniram no Celam, em Bogotá, emitiu um sinal semelhante ao pedido de perdão do papa: "Constatamos que o limite ou erro que acompanhou nosso trabalho em favor dos Povos Indígenas foi de considera-los, quiçá exclusivamente, como destinatários de nossa ação, e muito pouco, como verdadeiros interlocutores ou como autênticos sujeitos e atores responsáveis de sua história".

Um magistério pró-índio

Sim, o Cimi como setor indigenista da CNBB, pregou tudo isso há muito tempo como uma voz política que clamou no deserto da sociedade brasileira. Mas agora mudou algo. O magistério universal começou a respaldar nossas intuições e práticas pastorais. As perguntas "Quantos índios vocês batizaram?" e "cadê a evangelização explícita do Cimi?" perderam relevância. Não perdeu relevância o martírio de tantas lideranças indígenas e de alguns dos nossos companheiros e companheiras. Não perdeu relevância a concentração no essencial, a luta pela vida, o acompanhamento, o diálogo, a autodeterminação, o respeito da alteridade, o trabalho educativo na sociedade não indígena. "Anualmente, durante o mês de abril, o Cimi promove a "Semana dos Povos Indígenas", como espaço de divulgação da causa indígena, buscando desconstruir relações preconceituosas. Junto a outros setores da sociedade, com atitudes de diálogo e solidariedade, afirmamos "que um outro mundo será possível com os povos indígenas e através deles" (*Plano Pastoral do Cimi/PPC*, n. 94).

7. De que forma a prática pastoral indigenista pode contribuir para a constituição de uma educação e espiritualidade ecológica?

A ecologia integral faz parte das culturas indígenas. Por conseguinte, os povos indígenas oferecem à sociedade não indígena a herança de uma educação e espiritualidade integral. As tentativas sistêmicas de destruir essa herança, que é orientada para a vida de todos e não para o lucro de

particulares, constituem o conflito básico entre duas visões do mundo, causando violência, mortes e lutas.

A luta continua

A sociedade moderna só se deu conta de que a questão ambiental é uma questão sistêmica conjugada com a questão social, quando sentiu em seu próprio corpo os impactos negativos entre desenvolvimento, progresso e qualidade de vida, o antagonismo entre política e economia no interior de suas opções sistêmicas.

A pastoral indigenista pode contribuir para a constituição de uma educação e espiritualidade ecológica na medida em que é capaz de convencer os povos indígenas e os movimentos populares, as Igrejas, a sociedade e as organizações internacionais afins da necessidade de assumir e radicalizar a contradição entre capital e bem viver de todos.

Na Amazônia se trava hoje uma batalha decisiva entre a opção por um desenvolvimento lucrativo que destrói os ecossistemas das florestas e a biodiversidade. Em consequência dessa destruição acoplada à lucratividade, exclui parte da humanidade e não permite um desenvolvimento balizado pela experiência da população local e pelos objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas (cf. LS 38). Estes procuram em todas as regiões do mundo combater a pobreza e sustentar o reconhecimento do outro, articulando ecologia, economia e redistribuição social dos bens do planeta.

Uma cartilha para o bem viver

A cartilha educativa da espiritualidade ecológica deve-se construir no diálogo em torno dos seguintes questionamentos:

1. Como fazer uma crítica radical ao sistema capitalista que mata (cf. EG 53) pelos estímulos à desigualdade, à acumulação e à migração, ao crescimento, à aceleração e banalização da vida e das relações sociais, pela precarização do trabalho?
2. Como desmascarar as soluções paliativas para mitigar os efeitos negativos do capitalismo sem tratamento das raízes causadoras? Neste cenário, a chamada "erradicação da pobreza" é uma espécie de mitigação sofisticada. Cestas básicas em terras não demarcadas criam o tédio total nas aldeias indígenas.
3. Como convencer os "beneficiados" dessa mitigação, de que eles vivem das sobras da exploração e não num Estado de bem-estar social?

4. Como encontrar e articular aliados nessa crítica? Brecht dizia em seu Galileu Galilei: "A única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana".

5. Como congregiar setores das Igrejas que estão dispostos a resgatar os valores contraculturais do Reino e vive-los em nossas lutas cotidianas: gratuidade, ascese, despojamento, mística, transparência administrativa, conversão, solidariedade, responsabilidade?

6. Como reeducar o mundo alienado pela mídia e o consumo num mundo militante pelo bem viver de todos?

7. Como aprofundar o nome de Deus, que é justiça e misericórdia (Jer 23,6; 33,16)? A justiça cristã é justiça da ressurreição. Deus Pai rasga a sentença de morte do Filho e o faz ressuscitar. Essa justiça, por ir além da reciprocidade, é um ato de gratuidade e misericórdia.

Memória e militância

Hoje, os povos indígenas são os indignados das Américas, são o movimento "occupy", não no Parque Zucotti na Wall Street de New York, mas no Mato Grosso do Sul. Eles representam o protesto contra um país e um mundo, em que os pobres salvam os Bancos e os ricos ocupam as terras. A pastoral indigenista procurou aprender com eles a reler a história na chave da memória subversiva e prospectiva de Jesus e devolver à terra-mercadoria a sacralidade da terra mãe, como é invocada nas primeiras linhas da Encíclica: "Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras" (LS 1).

8. Outro conceito que aparece na Encíclica é o da terra como bem comum. Como o senhor compreende esse conceito e como articular esse conceito entre os fiéis?

Sociedades indígenas que ainda não foram arrastadas até as periferias do sistema capitalista porque resistiram ao parcelamento de suas terras em pequenas unidades de propriedade privada, podem nos dar muitas lições do "bem viver" que pressupõem considerar a terra um "bem comum": produzem materialmente o necessário para viver e convivem também em relações sociais sem arame farpado.

Herança comum

Segundo a LS, há um consenso entre crentes e não-crentes “que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isto torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos” (LS 93). Também na Doutrina Social da Igreja prevalece a subordinação da “propriedade privada ao destino universal dos bens” (LS 93)).

Ameaça à alteridade

Na realidade, estamos longe, sobretudo em territórios indígenas, do reconhecimento desse direito. “Os povos indígenas continuam ameaçados em sua existência física e espiritual; em seus modos de vida; em suas identidades; em sua diversidade; em seus territórios e projetos de vida. O modelo de desenvolvimento regido pelas leis do mercado capitalista neoliberal, que tem no agronegócio uma de suas bases de sustentação, produz contra esses povos uma violência estrutural, que atinge permanentemente suas formas próprias de viver em sociedade” (PPC 5). Essa sociedade tem como pivô o uso coletivo da terra, “na utilização de técnicas de domínio de todos, nas relações de reciprocidade e de respeito com a natureza, povoada por seres que dão significado à existência humana” (PP 5).

Um dos itens-chave da *Laudato Si'* (LS) e do Plano Pastoral do Cimi, a terra, permite facilmente detectar a sincronicidade ou a “legitimação” recíproca entre pastoral indigenista e encíclica.

Terra no Plano Pastoral do Cimi (PPC)

- “A terra é considerada fonte de vida, direito inalienável dos povos indígenas e elemento aglutinador de suas lutas e do próprio trabalho do Cimi” (PPC 32).
- “A luta pela terra é estratégica e está ancorada na cosmovisão indígena, na qual terra e água, mundo natural e mítico estão profundamente articulados. Apoiar essa luta dos povos indígenas exige repensar as bases da sociedade capitalista, colocando em evidência diferentes projetos e visões de mundo” (PPC 33).
- “O Cimi assume o apoio decidido e irrestrito às diferentes formas de luta e iniciativas dos povos indígenas pela reconquista e garantia de seus espaços territoriais tais como retomada, autodemarcação, desintrusão e revisão dos

territórios. Posiciona-se firmemente contra os projetos desenvolvimentistas de morte, que afrontam os direitos indígenas e desrespeitam a dimensão sagrada das relações afetivas estabelecidas com a terra-mãe (cf. PPC 34).

Terra na “Louvado sejas”

Também a Encíclica afirma essa sacralidade da terra: Para as comunidades indígenas “a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura” (LS 146).

- “Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que «geme e sofre as dores do parto» (Rm 8,22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7)” (LS 2).

- “Os recursos da terra estão a ser depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e produtiva” (LS 32).

- “A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso” (LS 52).

- “Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras.[...]. Por isso, Deus proíbe-nos toda a pretensão de posse absoluta: «Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes» (Lv 25, 23)” (LS 67).

- “Hoje, crentes e não-crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos” (LS 93).

- "As economias de larga escala, especialmente no setor agrícola, acabam por forçar os pequenos agricultores a vender as suas terras ou a abandonar as suas culturas tradicionais" (LS 129).

Com S. Francisco podemos cantar o "Louvado sejas, Senhor!" pela "Igreja em saída". Cinquenta anos depois do Vaticano II, o papa Francisco abre o portal do Ano Santo da Misericórdia e solidariedade para nos enviar aos territórios indígenas na periferia da nossa sociedade.

"Os pobres e a terra estão bradando:

Senhor, tomai-nos

Sob o vosso poder a vossa luz,

Para proteger cada vida,

Para preparar um futuro melhor,

Para que venha o vosso Reino

De justiça, paz, amor e beleza.

Louvado sejas!" (LS 246).

9. Em que medida o pensamento antropocêntrico limita a concepção do ser humano como parte integrada da criação? Como subverter a lógica antropocêntrica da sociedade na atualidade?

Fracassou o "sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos" (LS 116). Não podemos dizer que esse "sonho prometeico" não se inspirou também em interpretações bíblicas, como hoje sabemos, errôneas. "Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo" (LS 116).

Como subverter essa lógica? A LS responde: "A crítica do antropocentrismo desordenado não deveria deixar em segundo plano também o valor das relações entre as pessoas. Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais" (LS 118). "Não haverá uma nova relação com a natureza, sem um ser humano novo. [...] Um antropocentrismo desordenado não deve necessariamente ser substituído por um «biocentrismo», porque isto

implicaria introduzir um novo desequilíbrio que não só não resolverá os problemas existentes, mas acrescentará outros” (LS 118).

O antropocentrismo é o eclesiocentrismo da sociedade secular. Permite a um instrumento, que é relativo em vista de um objetivo, se tornar objetivo. Na *Evangelii gaudium*, o papa Francisco já havia apontado para essa proximidade entre antropocentrismo desordenado e relativismo: “Quando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo” (EG 122). É um deslocamento ético que coloca “a razão técnica acima da realidade” (LS 115) e desconsidera “a natureza como norma válida” (ibid.).

O que significa “natureza como norma válida”? Sobre essa questão haverá ainda muitas discussões, inclusive no próximo Sínodo.

Essencialismo natural e processos históricos

É verdade que o ser humano, quando se coloca fora da comunidade cósmica, pela sua ambição, debilita “o valor intrínseco do mundo” (LS 115) e o ser humano troca o dom de seu verdadeiro lugar, que é partilhado com toda a criação, com a usurpação do mundo como se fosse uma propriedade privada. Mas novamente precisamos perguntar: “O que significa ‘valor intrínseco’”? O essencialismo da lei natural e dos valores intrínsecos não bloqueia os processos históricos? O diálogo no mundo secular exige de nós certo bilinguismo ideológico, isto é, saber falar com a linguagem do outro sem perder os próprios referenciais. Precisamos aprender a argumentar “como se Deus não existisse”.

10. Como a Encíclica deve influenciar os debates e acordos internacionais acerca do clima?

A desigualdade social acoplada à degradação ambiental, climática e cultural “não afeta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais” (LS 51; cf. 56). A crise ecológica é a “manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade” (LS 119). Quem vai ter a força para sanar as relações humanas fundamentais afetadas?

Vivemos num mundo limitado e finito e, ao mesmo tempo, num mundo alienado que procura-nos distrair dos verdadeiros desafios do futuro (cf. 56). É difícil construir um consenso entre os que apostam nas soluções

de novas tecnologias e os que se encontram no extremo oposto e confiam na redução da presença humana no planeta para garantir uma não intervenção (cf. 60).

Nessa situação complexa, qual é o impacto que podemos esperar da LS na construção da ética de relações internacionais? A voz do papa é uma só num coro polifônico de interesses divergentes entre lucro individual e solidariedade coletiva (cf. 162). Francisco nos faz sentir a fragilidade de sua palavra perante o poder que cresce continuamente (cf. LS 105), a falta de instrumentos de controle, o egoísmo, a corrupção e a violência brutal em marcha. A encíclica lamenta que atualmente “não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência” (LS 110).

Construir uma ética ambiental

Contudo, a construção dessa ética ambiental entre os povos é imaginável. Deve ser o primeiro capítulo de uma educação ambiental que propõe uma agenda pedagógica de solidariedade, responsabilidade para uma ética ecológica (cf. LS 210). As questões da ética ecológica são prefixos que apontam em duas direções: *ad intra*, para ganhar o setor institucional da Igreja católica e sua base popular nas paróquias, nos movimentos sociais e Organizações de Ajuda, como “Misereor”, e *ad extra*, para construir alianças com setores ideológicos afins (macro ecumenismo como “Pão para o Mundo”, ONG’s, sindicatos, movimentos populares), mas sem vínculo institucional com a Igreja.

Nesta perspectiva de alianças, diálogo e consenso a ser construído *ad extra*, certamente três Conferências Internacionais das Nações Unidas foram o alvo do calendário da publicação da Encíclica LS sobre “o cuidado da casa comum”, o planeta Terra, no dia de Pentecostes de 2015: as Conferências de Adis Abeba, de New York e de Paris. Adis Abeba (Etiópia) hospedou entre os dias 13 a 16 de julho de 2015, a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento que abordou os mais variados temas, como financiamento da infraestrutura científica, investimentos na educação, financiamentos inovadores para a saúde, transparência e redução da pobreza. Garantido o financiamento, pode-se pensar em propostas globais para o assim chamado “desenvolvimento sustentável”, que prevê decisões políticas para os desafios globais como pobreza, desigualdade social e mudanças climáticas. New York vai hospedar

do dia 25 a 27 de setembro de 2015 a Conferência que pretende redefinir os Objetivos Globais do Desenvolvimento Sustentável, ainda baseados nos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, de 2000 (1. Fome, 2. Educação, 3. Gênero, 4. Mortalidade infantil, 5. Gestantes, 6. Aids, malária e outras doenças, 7. Qualidade de vida e meio ambiente, 8. Desenvolvimento). Finalmente, Paris vai hospedar de 30.11. a 11.12., de 2015, a Conferência sobre as Mudanças Climáticas.

Carta da Terra

Para mostrar que a Igreja não é protagonista nem intrusa, mas simples aliada nas questões socioambientais, queria lembrar a "Carta da Terra", de 2000, que precedeu a "Louvado sejas" (LS) por 15 anos. Depois de uma década de discussões internacionais e interculturais, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados ganhou a adesão de mais de 4.500 organizações.

A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais que reconhece os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Essa Carta, cujo redator latino-americano era Leonardo Boff, é, semelhante à LS, uma chamada para a ação, que pode servir como um código universal de conduta para pessoas, instituições e Estados.

A LS se agrega à Carta da Terra e à Carta de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, do dia 9 de julho de 2015. Em Santa Cruz, organizações sociais se reuniram no Segundo Encontro Mundial de Movimentos Populares e se uniram ao papa Francisco "no compromisso com os processos de transformação e libertação como resultado da ação dos povos organizados, que a partir de suas memórias coletivas tomam a história em suas mãos e decidem transformá-la, para dar vida às esperanças e às utopias que nos convocam a revolucionar as estruturas". Estão de pé, os que querem mudar a rota e não apenas reforçar a ganância do capitalismo cinzento com um verde-oliva.

Julho 2015